

DESLOCAMENTOS DE RENDA ENTRE E DENTRO DOS GRUPOS: O QUE MUDOU NA BASE DA ESTRUTURA SOCIAL NO BRASIL?

José Alcides Figueiredo Santos
Universidade Federal de Juiz de Fora
jose.alcides@ufjf.edu.br

As mudanças recentes da distribuição de renda no país têm afetado as recompensas das pessoas situadas na base da estrutura social. Este estudo pretende caracterizar e entender este fenômeno usando uma perspectiva sociológica. O objeto do estudo é a evolução da desigualdade distributiva no polo da sociedade brasileira em que estão concentradas as desvantagens, a privação relativa e a pobreza. O tratamento desta questão será realizado a partir dos determinantes dos resultados distributivos encontrados. Realiza-se então um contraponto propositivo às insuficiências do paradigma da renda com o seu foco exclusivo no resultado distributivo dimensionado e medido por um parâmetro monetário. Levando em conta a importância do desenvolvimento e da elaboração teórica no tratamento da realidade empírica, revisa-se a maneira como a noção de classe social tem sido utilizada para a abordagem deste problema na sociologia contemporânea. São consideradas também as reflexões e os enfoques da questão da pobreza que valorizam, de algum modo, os planos das relações sociais, da estruturação das oportunidades e das capacidades dos atores. São incorporadas ao debate teórico igualmente abordagens sociológicas ou econômicas da pobreza que destacam o papel do controle de ativos. O estudo explora as possibilidades que um enfoque de classe social, centrado na ideia de controle de recursos valiosos, oferece para o entendimento dos processos de privação absoluta e relativa na ampla e heterogênea base da estrutura social brasileira. Realiza-se com esta finalidade uma caracterização dos agrupamentos de trabalhadores típicos e de posições de classe destituídas no Brasil (Figueiredo Santos, 1995 e 2010). São identificados os principais deslocamentos de renda entre e dentro particularmente destas posições de classe que estariam associados ao processo de diminuição da desigualdade na distribuição da renda pessoal no Brasil no período de 1992 a 2009.

No tratamento das mudanças da renda pessoal são utilizadas diversas medidas de diferenças observadas (montante apropriado, montante per capita, média, mediana, coeficiente de variação, percentis, razão entre percentis, medida de assimetria baseada em percentis), e medidas de diferenças ajustadas por modelos de regressão quantílica visando considerar as alterações da localização central (mediana) e do formato (dispersão e assimetria) da renda entre as posições de classe situadas na base da estrutura social. As mudanças de escala ou dispersão podem sinalizar maior ou menor homogeneidade da categoria considerada e a sua importância na determinação da renda. Já as mudanças na assimetria podem sugerir desequilíbrios dentro do grupo que favorecem, por exemplo, os membros do extremo superior da distribuição. A regressão quantílica possui a grande vantagem de dissociar as diferenças entre e dentro de grupos (Hao e Naiman, 2007).

São consideradas num primeiro momento as mudanças na distribuição da população entre as categorias de classe, a parte da renda geral controlada por cada grupo e a proporção da renda que é apropriada por uma dada proporção da população que integra cada categoria. As mudanças no peso relativo das categorias, que são desigualmente recompensadas, influencia o comportamento da distribuição da renda. As informações

sobre montantes da renda são mais abrangentes do que as estatísticas descritivas que “resumem” ou “reduzem” os dados aos valores típicos da distribuição (média e mediana).

O montante global da renda apropriada pelo trabalhador típico diminuiu (-5,0) no período de 1992 a 2009, ao passar de 33,3 para 28,3%, bem mais do que a redução do peso da categoria (-0,75), impactando na queda do montante de renda relativo ao seu peso, que caiu de 0,89 para 0,77 (o valor 1,00 do indicador equivale à paridade entre população e renda). Esta queda ocorreu no período de 1992 a 2002, já que depois este patamar mais restringido se estabiliza. Este mesmo processo ocorreu, porém em menor grau, com o autônomo precário, seguindo o mesmo padrão temporal. A categoria de trabalhador elementar diminuiu de tamanho, devido em particular à redução do segmento manual agrícola, o que fez com que diminuísse a total da renda que fica com este grupo, porém aumentou a renda proporcional à população que abarca. O empregado doméstico, por sua vez, aumentou de tamanho assim como ampliou a parte que lhe cabe no bolo geral da renda.

A variação da renda média real (deflacionada) das categorias na base da estrutura social foi positiva. Três categorias destituídas obtiveram ganhos de renda acima do progresso da renda média geral (esta foi 26%), mas os avanços de renda do trabalhador típico (11%) e do autônomo precário (18%) ficaram abaixo deste patamar. A variação da renda mediana, que capta melhor o que se passa com a maioria dos membros do grupo, mostra um quadro mais favorável em relação ao patamar típico geral, exceto para o agrícola precário.

A análise das mudanças na localização central da renda (mediana), estimadas por regressão quantílica, com controles diversos, mostra que o processo de diminuição da desigualdade se deu nos limites do ordenamento de classe da renda, que se manteve claramente definido. O controle estatístico no modelo estimado de variáveis como raça, gênero, setor econômico, região geográfica, dimensão da área urbana, tempo de trabalho e horas trabalhadas visa delimitar as alterações associadas estritamente à classe social.

As mudanças na renda medianados grupos revelam que parte do resultado do jogo de perdas e ganhos relativos depende das categorias que são contrastadas. Diminuíram as discrepâncias de renda negativas em relação ao empregado especialista. Melhorou a situação do trabalhador típico e das posições destituídas em relação aos controladores de ativos de qualificação escassa. Já as comparações realizadas com os pequenos empregadores para estes mesmos grupos revelam aumentos das diferenças relativas de renda. Piorou ou ficou estagnada a discrepância face aos controladores de ativos de capital.

A diminuição das diferenças de renda entre os grupos foi claramente menor do que a redução da desigualdade entre os indivíduos, conforme captada pelas medidas de desigualdade (Gini, etc). Esta divergência em parte deve-se ao fato de a diminuição das diferenças entre os indivíduos situados dentro das categorias de classe tiveram a contribuição de fatores extrínsecos à classe social, em particular a queda da desigualdade regional e entre níveis de escolaridade (Souza e Osório, 2011; Souza e Carvalhaes, 2012). Estes fatores extrínsecos à classe afetam as discrepâncias de renda entre e dentro das posições de classe. Como as posições mais privilegiadas estão mais concentradas nas regiões metropolitanas e mais ricas, a desconcentração geográfica da renda impacta na renda comparativa das categorias.

A diminuição observada da desigualdade de renda de classe foi alimentada pela diminuição da dispersão (heterogeneidade) e da assimetria interna da renda. Predominou uma tendência geral, porém com variações entre grupos, de diminuição da dispersão da renda dentro das categorias de classe. Este processo de redução das discrepâncias

internas foi mais significativo entre as categorias de trabalhadores com maior densidade social.

A grande maioria dos grupos mostrou também uma redução da assimetria interna da renda que passou a estar menos desequilibrada na direção dos valores mais altos. Este processo revelou-se bem forte entre os trabalhadores assalariados sem exercício de autoridade e sem acesso a qualificação. As posições de classe destituídas, porém assalariadas, de empregado doméstico e de trabalhador elementar, que já possuíam assimetria bem menor, tiveram contrações elevadas do indicador. Tanto os trabalhadores destituídos (devido à forte depreciação do valor da sua capacidade de trabalho) quanto os trabalhadores típicos (em que se realizam as interdependências assimétricas típicas dos processos de exploração e dominação), ficaram mais homogêneos e equilibrados na distribuição interna da renda.

Ao lançar mão de métodos que focalizam a localização mediana e as mudanças de formato da renda internas aos grupos, ou seja, ao dirigir este tipo de olhar diferenciado para as mudanças na distribuição da renda no período, enfatiza-se a contribuição dos deslocamentos de renda dentro dos grupos. Este forma de redução da desigualdade, interna aos grupos, tem implicações sociológicas potencialmente importantes. Diminuíram dentro dos contextos de classe as possibilidades dos indivíduos mais favorecidos entre os seus pares — por heranças, circunstâncias ou características — obterem renda muito além da mediana do grupo. Na medida em que a renda pessoal tem menos chance de se descolar do valor mediano da categoria, os trabalhadores típicos e destituídos mantêm-se mais vinculados às oportunidades de vida que prevalecem para a maioria do seu grupo, o que pode potencialmente favorecer os processos de formação e ação de classe destes contingentes sociais.

Referências Bibliográficas

- Figueiredo Santos, José Alcides. Uma classificação socioeconômica para o Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20, nº 58, 2005.
- Figueiredo Santos, José Alcides. Comprehending the Class Structure Specificity in Brazil. *South African Review of Sociology*, 2010, Vol. 41 (3): 24-44.
- Hao, Lingxin e Naiman, Daniel. *Quantile Regression*. Thousand Oaks, Sage, 2007.
- Souza, Pedro H. G. F. de e Osório, Rafael Guerreiro. *A Redução das Disparidades Regionais e a Queda da Desigualdade Nacional de Renda (1981-2009)*. Texto para Discussão n. 1648. Brasília: IPEA, 2011.
- Souza, Pedro H. G. F. de e Carvalhaes, Flávio. *Estrutura de Classes, Educação e Queda da Desigualdade, 2002-2009*. Artigo inédito, 2012.